



COLLOQUIUM

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE TEOLOGIA

VOLUME 9, NÚMERO 1, CRATO – CE, SETEMBRO DE 2024 - ISSN 2448 2722

SUBMETIDO EM: 27/06/2024 ACEITO EM: 22/10/2024 - SEÇÃO 1: ARTIGOS

ÉTICA NO PENSAMENTO PROTESTANTE: LUZES SOBRE A RELAÇÃO JUSTIFICAÇÃO E OBRAS

**Ethics in Protestant thought: insights into the
relationship between justification and works**

Wallace Alexsander A. Cruz¹

 DOI: <https://doi.org/10.58882/cllqe.v9i1.176>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-2373-2612>

RESUMO: A doutrina da *justificação pela graça mediante a fé* ocupou lugar seminal na Reforma Protestante cuja eclosão se deu com o padre agostiniano, Martinho Lutero, no ano de 1517, em Wittenberg. Para o reformador alemão, o evento salvífico tem caráter unilateral, quer dizer, é um ato singular operacionalizado pela *graça de Deus*, portanto, exclui qualquer contribuição humana, que apenas a recebe gratuitamente pela fé. Assim, o ser humano é inteiramente passivo no processo que culmina na sua salvação e/ou justificação. Todavia, esta compreensão soteriológica luterana, trouxe perturbações não apenas no horizonte dos debates teológicos, assim como, éticos. Grosso modo, a polêmica emerge da questão: se o ser humano é salvo pela graça, significa que não necessita realizar *boas obras*? Ou, de modo mais radical: a fé na justificação pela graça compromete e anula a exigência ética? Nosso artigo analisa tais questões. Partindo de uma investigação bibliográfica dos escritos de Martinho Lutero, Dietrich Bonhoeffer e Jürgen Moltmann, que envolvem a temática da *justificação* e da *ética*, encontramos como resultado: a) a *justificação pela graça mediante a fé* e as *boas obras* não implicam em doutrinas contraditórias, b) o pensamento protestante não se ocupa apenas com a dimensão teológica, mas também uma exigência ética, c) no pensamento protestante, a *ética é fundamental para as relações humanas*, principalmente, do ser humano que se reconhece discípulo/a de Jesus Cristo, logo, *ser cristão implica ser ético*.

PALAVRAS-CHAVE: justificação; graça; fé; boas obras; ética.

ABSTRACT: The doctrine of justification by grace through faith occupied a seminal place in the Protestant Reformation, which began with the Augustinian priest Martin Luther in Wittenberg in 1517. For the German reformer, the salvific event is unilateral, that is, it is a singular act made operational by God's grace, and therefore excludes any human contribution, which is only received freely through faith. Thus, human beings are entirely passive in the process that culminates in their salvation and/or justification. However, this Lutheran soteriological understanding has caused

¹ Mestre em filosofia da religião e doutorando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Bolsista CAPES/PROEX. Doutorando intercambista na Universidade Católica Portuguesa -Braga (UCP). Programa PDSE/CAPES 2024. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2373-2612>.

upheavals not only on the horizon of theological debates, but also ethical ones. Roughly speaking, the controversy arises from the question: if human beings are saved by grace, does this mean that they don't need to do good works? Or, more radically: does faith in justification by grace compromise and annul the ethical requirement? Our article analyzes these questions. Starting from a bibliographical investigation of the writings of Martin Luther, Dietrich Bonhoeffer and Jürgen Moltmann, which involve the theme of justification and ethics, we find the following results: a) justification by grace through faith and good works do not imply contradictory doctrines, b) Protestant thought is not only concerned with the theological dimension, but also an ethical demand, c) in Protestant thought, ethics is fundamental to human relations, especially, of the human being who recognizes himself/herself as a disciple of Jesus Christ, therefore, being a Christian implies being ethical.

KEYWORDS: justification; grace; faith; good works; ethics.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre ética é uma necessidade sempre atual na sociedade. Precisamos de ética como elemento vital para pautar as relações humanas, seja na dimensão das vivências pessoais, familiares e comunitárias ou, das relações sócio-políticas, econômicas e internacionais. Com efeito, as religiões se inscrevem no bojo das discussões sobre ética, é o caso do cristianismo. Aliás, no presente século, há muitos esforços no sentido de pensar a relação ética e religião, considerando que podem as religiões serem dispositivos de fomentação a uma existência ética ou mecanismos que destroem o frágil alicerce da ética presente na sociedade, via fundamentalismos etc. O cristianismo tem um programa ético. É factual que no transcorrer da história, não poucas vezes, este manifestou-se como uma entidade antiética, com políticas e práticas contraditórias ao espírito do evangelho. Não obstante, Jesus de Nazaré é – para o cristão –, o paradigma, por excelência, do que deve ser uma existência ética. Acredita-se, aliás, que no Sermão do Monte (Mt 5-7), lidamos com um tipo de programa ético do jesuano. Mas, nem sempre o cristianismo foi fiel ao Cristo.

No século XVI, um padre agostiniano, Martinho Lutero, acendeu uma polêmica no interior da Igreja com suas pregações, reflexões e escritos sobre a doutrina da *justificação pela graça mediante a fé*. Tema que aparentemente estava restrito



aos limites da *soteriologia teológica*, tomou proporções maiores, desembocou no terreno da discussão sobre este tema caro, especialmente, às tradições grega, romana e também cristã: a *ética*. No bojo desta reflexão, urgia algumas questões: Lutero suspendia a necessidade de uma existência cristã ética? A fé na graça de Deus alienava o cristão quanto às responsabilidades sociais? São perguntas que permeavam o debate à época e que, de certa forma, parecem carecer de maior clareza ainda hoje.

No encalço de respostas a estas questões, nossa análise recorre a uma pesquisa bibliográfica que perpassa pela Sagrada Escritura, especialmente, a teologia paulina na carta aos *Romanos*, onde está a gênese da doutrina da *justificação pela graça mediante a fé*. Daí, sublinhamos os escritos de Martinho Lutero, onde a questão aparece acentuada. E, por fim, de modo sumário, recorreremos às reflexões de dois teólogos luteranos, mais contemporâneos, Bonhoeffer e Moltmann, para percebermos como a tradição luterana vem interpretando e reinterpretando a questão ética da existência cristã, sobretudo, na relação dialética com a doutrina mais cara aos protestantes: a da *justificação pela graça mediante a fé*.

1 - JUSTIFICAÇÃO NA TEOLOGIA PAULINA: PROLEGÔMENOS

A ideia da justificação mediante a fé não ocorre, ao menos de modo explícito e sistemático nos *evangelhos*. É uma elaboração da teologia de são Paulo: “Portanto, sendo justificados pela fé, temos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo; pelo qual também temos acesso a esta graça, no qual estamos firmes, e nos regozijamos na esperança da glória de Deus” (Rm 5,1). O conceito de *justificação* era comum no contexto de são Paulo, de modo mais específico, no espectro jurídico. O apóstolo se utiliza de uma categoria familiar aos seus destinatários, os habitantes de Roma. O conceito é utilizado no intuito de anunciar o



Εὐαγγέλιο, a boa notícia, a saber, que *em Jesus Cristo a humanidade é justificada*. É na carta aos *Romanos* que a temática tem uma atenção maior em comparação às outras epístolas paulinas. São Paulo nesta missiva aborda, discorre e – digamos assim – elabora a doutrina da justificação. Especialmente na primeira parte da carta, do capítulo 1 ao 5, as temáticas da condição humana (pecadora e miserável), da justiça e misericórdia de Deus (reveladas em Jesus Cristo), e da justificação do ser humano pecador que acolhe esta graça misericordiosa (mediante a fé), são fios condutores de toda a reflexão paulina. Assim, é pertinente considerarmos que esta é uma doutrina de importância significativa no escopo da teologia paulina, portanto, é imprescindível uma compreensão preliminar do que orbitava ao redor deste ponto de gravidade no universo de São Paulo. Segundo John Murray:

Justificação é um termo (gr. *dikaiosis*) que se refere ao julgamento judicial [...] anunciar um veredicto favorável, declarar ser justo. Este significado é patente [...] no Novo Testamento [...] gr. *dikaioo*, ‘vindicar, inocentar, pronunciar e tratar como justo’. O ato de ‘justificar’ é contrastado com o ato de ‘condenar’ (cf. Dt 25,1; 1Rs 8,32; Pv 17,15; Rm 8,33) e assim como condenar é o meio de tornar alguém ímpio, justificar é o meio de tornar alguém justo (Wycliffe, 2006, p. 1123).

Nesse sentido, o dicionário Vine pontua que “*dikaiosis* denota ‘o ato de pronunciar justo, justificação, absolvição’ [...] no Novo Testamento, significa o estabelecimento de uma pessoa por quitação de culpa [...] *dikaioo* primariamente [...] significa no Novo Testamento: mostrar estar certo ou justo; na voz passiva, ser justificado (Mt 11,19; Lc 7,35; Rm 3,4, 1Tm 3,16)” (2016, p.733). Daniel Pecota pondera, “o termo ‘justificação’ refere-se ao ato mediante o qual, com base na obra infinitamente justa e satisfatória de Cristo na cruz, Deus declara os pecadores condenados livres de toda a culpa do pecado e de suas consequências eternas, declarando-os plenamente justos aos seus olhos” (Horton, 1996, p.372). Segundo Myer Pearlman, “justificação é um ato da livre graça de Deus pelo qual ele perdoa



todos os nossos pecados e, aos seus olhos, somos considerados justos apenas por nos ter sido creditada a justiça de Cristo, a quem se recebe pela fé [...] pecador que antes era um condenado; agora, foi absolvido” (2006, p. 229). Nota-se que a dinâmica da justificação está ligada, de modo dialético, ao binômio condenação-absolvição. Assim, emerge no interior da teologia paulina, sua antropologia. Para são Paulo, “como está escrito: não há nenhum justo, não nem um. Não há ninguém que entenda; não há ninguém que busque a Deus. Todos se desviaram do caminho, e juntamente se tornaram inúteis. Não há quem faça o bem, não há nem um”, em uma única afirmação, “*todos pecaram e estão privados da glória de Deus*” (Rm 3,11-12; 23, grifo nosso).

A condição humana parece claramente definida na antropologia paulina: pecadora. Já no capítulo de abertura de sua carta aos Romanos, são Paulo denuncia “a impiedade e injustiça dos homens que detêm a verdade em injustiça” (Rm 1,18), anuncia a “ira de Deus [que] é revelada do céu”, e enumera as misérias que estão eivadas na condição humana, “injustiça, fornicção, maldade, cobiça, malícia, inveja, assassinato, contenda, engano, malignidade” (Rm 1,29-30), inclusive, aponta que, “os que cometem tais coisas são dignos de morte” (Rm 1,32). Em outras epístolas paulinas constatamos elementos que corroboram a tese desta antropologia paulina. “Cristo Jesus veio ao mundo, para salvar os *pecadores*, dos quais *eu sou o principal*” (1Tm 1,15,). “e vos vivificou [Cristo], *estando mortos em transgressões e pecados* [...] éramos *por natureza filhos da ira*, como outros também” (Ef 2,1-3,). Ora, se o ser humano é “por natureza” filho da ira – notemos que a condição pecaminosa está intrínseca na própria natureza humana –, se o ser humano nessa sua condição “por natureza” está “morto em transgressões e pecados”, na lógica do que são Paulo reflete, este é incapaz *em si e por si* mesmo, de qualquer ação meritória cuja compensação seja a graça salvífica de Deus. Mais agravante, é incapaz de qualquer movimento em direção



a Deus, pois, está “morto em pecados e transgressões”. O que pode um morto fazer? Obviamente, nada. Daí, “concluímos que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei” (Rm 3,28). A justificação, portanto, parece ser entendida em são Paulo como inteira manifestação da *Χάρις* (graça) de Deus. Mas e a fé? Também é *Χάρις*, “porque pela graça sois salvos [todo salvo é justificado], *por meio da fé; e isso não vem de vós; é dom de Deus*” (Ef 2,8).

2 - MARTINHO LUTERO E A DOCTRINA DA JUSTIFICAÇÃO: A CHAVE QUE ABRIU AS PORTAS DA REFORMA PROTESTANTE

A carta aos *Romanos* tem um valor seminal para a construção da teologia de Martinho Lutero. Para o reformador alemão, “essa carta é a verdadeira peça principal do Novo Testamento e o evangelho mais puro, a qual é tão digna e valorosa que o cristão não somente deve sabe-la de cor palavra por palavra, mas deve se ocupar dela diariamente como se fosse o pão diário da alma” (Lutero, 2017, p.189). A situação histórica na qual Lutero estava inserido, assim como suas crises existenciais, explicam os porquês deste valor capital dado à carta aos Romanos:

Martinho Lutero cresce nesse ambiente religioso. A salvação é a incessante busca. O convento é o caminho ‘natural’ recomendado pela Igreja na época. Um lugar de rigorosa abstinência do mundo e de dedicação total à palavra de Deus. No convento, as pessoas submetem-se aos rigores da ordem: jejum, penitência, oração. Mas o pecado e o medo da morte e da condenação eterna da alma não davam trégua. Como saber se fez o suficiente? Lutero socorre-se no texto bíblico em busca de respostas e da misericórdia de Deus. Destacamos, nessa busca, dois textos de Romanos: 1,16-17 e 6,1-14, que são fundamentais (Sell, 2022, p.154-155).

Lutero é – como toda pessoa – um filho do seu tempo. O medo da ira divina, o terror do inferno e o desespero (comuns à sua época) diante da iminência da condenação eterna o perturbava. Para agravar ainda mais sua crise de fé, ao olhar para si mesmo, para sua justiça própria, via-se incapaz de se auto justificar.



A grande luz que iluminou o poço escuro, onde o então padre agostiniano estava afundado, foi um texto da carta de são Paulo aos Romanos: “porque nele a justiça de Deus é revelada, de fé em fé, como está escrito: o justo viverá pela fé” (Rm 1,17). Marcos Ebeling observa:

Lutero entende que há várias justiças e que elas são conhecidas das pessoas. Existe a justiça política [...] a justiça cerimonial [...], e a justiça da lei ou do Decálogo. Lutero afirma que todas essas justiças são ativas, pois o ser humano precisa fazer efetuar uma ação, portanto, todas elas têm origem nas pessoas. Em contraposição a essas justiças Lutero retoma a ‘justiça da fé’, que tem sua *origem em Deus*, é concretizada pela morte e ressurreição de Cristo e é acolhida de forma passiva pelo ser humano. *O ser humano não tem essa justiça*. Ele a recebe como *dádiva por Cristo* no agir do Espírito Santo [...] a justiça é sempre um ato *extra nós* [...], quando o assunto é a justiça de Deus, a Reforma define assim: Deus é ativo (age na cruz de Cristo), e o ser humano é passivo (somente recebe pela fé o que Deus faz)” (Sell, 2022, p.155, 156).

Lutero adere rigorosamente (ou radicalmente) à teologia paulina sobre a condição depravada do ser humano. Mas, a ênfase de sua teologia não está na antropologia, mas na cristologia. Sua perspectiva antropológica que interpreta o humano como ser radicalmente perdido na sua miserabilidade, é apenas um grande pano de fundo, de onde a graça de Deus, revelada em Jesus Cristo, irrompe como acontecimento central. De certa forma, o reformador alemão confronta não apenas a Igreja, mas também ao seu tempo histórico: o século XVI estava ainda estreando o novo paradigma em moda na Europa, o antropocentrismo. Em sua teologia, Lutero ataca também, o ufanismo do Homem Novo emergente na Modernidade. Intenciona recordar a miséria da condição humana, a pecaminosidade que está eivada em sua natureza – é impossível não pecarmos, logo, somos escravos daquilo sobre o qual não temos domínio, raciocinava.

A despeito de um Mundo Novo em escalada, para Lutero, o ser humano se mantinha aquele “velho homem, que é corrupto, segundo as cobiças do engano”, como refletira são Paulo em Efésios 4,22. Mais, “Paulo, como justo intérprete da



lei, não deixa ninguém sem pecado [...] todos são pecadores e [...] pelas obras da lei ninguém pode ser justificado” (LUTERO, 2017, p.196). Mas, acentuar a universalidade da condição mísera do ser humano é apenas um pressuposto para agravar o que é o múnus da teologia luterana: a necessidade cabal de Jesus Cristo como salvador *exclusivo* de toda pessoa humana. Na esteira de são Paulo, para Lutero, se todos pecaram, logo, todos carecem da graça de Deus que é revelada, de modo salvífico e justificador, *apenas* na pessoa do Filho. Nesse ínterim, cabe esclarecer que a justificação pela graça mediante a fé e as boas obras, estão situadas, em princípio, no contexto soteriológico. Significa que quando Lutero rechaça as boas obras, é no sentido de que não há nada que o ser humano possa fazer, para que a salvação lhe seja concedida como premiação. Não há meritocracia na dinâmica da salvação humana. Apenas graça, favor divino; dom. Lutero pondera:

Um capuchinho diz: vista um casaco cinza e um capuz, uma corda ao redor de teu corpo e sandálias nos teus pés. O frade franciscano diz: coloque um capuz preto; um papista comum diz: faça esta ou aquela obra, ouça a missa, ore, jejue, e dê esmolas etc. Mas um cristão verdadeiro diz: sou justificado e salvo somente pela fé em Cristo, sem quaisquer obras ou méritos próprios (Lutero, 2017, p.184).

À época de Lutero, no contexto de uma sociedade dominada ainda, em boa parte da Europa, pela mentalidade da Igreja, cuja disciplina era austera, as exigências eram duras e as penitências pesadas, o reformador alemão ambiciona arrancar o fardo pesado que a religiosidade pautada em “boas obras” representava, para colocar sobre o Novo Mundo, o fardo “leve e suave” (Mt 11,29) de Jesus Cristo, na redescoberta da doutrina da justificação *unicamente* pela graça de Deus. O que não significava a anulação das boas obras, especificamente por parte dos cristãos, como uma exigência ética do seguimento de Jesus Cristo.



3 - ÉTICA NO PENSAMENTO DE LUTERO: ALGUMAS LUZES

Era convicção de Lutero que “nenhuma obra é capaz de fazer um cristão” (Lutero, 2019, p. 11). Isso significa unicamente isso: que a conversão, a redenção e a justificação são, de modo *exclusivo*, obras do Deus revelado em Jesus Cristo. Todavia, em nenhuma hipótese, é verdade o contrário, ou seja, que o cristão não deva realizar nenhuma boa obra. Antes, é justamente por ser cristão que as boas obras ocorrem como evidência de uma autêntica conversão. Na *Confissão de Augsburg* de 1530, a primeira confissão oficial dos protestantes – que vigora ainda hoje –, está declarado no artigo VI, “também se ensina que essa fé deve produzir bons frutos e boas obras e que, por amor a Deus, deve-se praticar toda sorte de boas obras” (Lc, 2021, p.52). Há uma reflexão sobre a ética que ocupa a teologia de Lutero. Sobretudo, pensando a ética como uma dimensão que não fica restrita à reflexão abstrata. Antes, considera a relação eu-Tu na sua concretude. O *próximo* é uma alteridade concreta. Deus exige reconhecê-lo, mais: exige uma postura ética para com este *próximo*. Para Lutero, “Deus exige boas obras” (LC, 2021, p.185). Boas obras que estão suspendidas como necessidade preliminar para o acontecimento soteriológico, todavia, que estão em vigor contínuo, como decorrência do acontecimento soteriológico, na relação eu-Tu; eu-próximo. “As boas obras devem decorrer da fé” (Lc, 2021, p.185).

A confissão basilar da fé protestante que fora mais bem desenvolvida e novamente apresentada em 1537, sob o título *Apologia da Confissão de Augsburg*, em seu artigo IV pondera sobre os “gestos e sinais da fé” (Lc, 2021, p.179). Justamente, no intuito de proteger a doutrina da justificação, de ser entendida como mera teologia especulativa, ou propulsora de um subjetivismo que, sob a alegação de justificação mediante a fé, incorra na negação de evidências concretas e públicas deste mistério realizado na interioridade humana. À luz de Jesus





Cristo – paradigma existencial absoluto para Martinho Lutero –, o reformador alemão considera que “o cristão é servo a serviço [...] e sujeito a todos” (Lutero, 2017, p. 166). Portanto, o seguimento de Jesus Cristo redonda numa vida semelhante à de Cristo, no sentido proposto pelo evangelho, “basta ao discípulo ser como seu mestre” (Mt 10,25). Assim, se Jesus Cristo era o “servo sofredor” cuja vida foi autodoação em seu sentido mais profundo, o cristão deve “ser como seu mestre”: servo. A fé na justificação pela graça tem implicações práticas, incorre numa postura de vida que manifesta, como ato contínuo, a graça de Deus, “tal como Deus nos ajudou por meio de Cristo gratuitamente, nós também devemos ajudar o próximo por meio do corpo e de suas obras” (Lutero, 2017, p. 185).

Talvez, o ponto áureo da reflexão de Lutero sobre a forma como o cristão deve lidar com o próximo esteja em *A liberdade do cristão* de 1520, “de tudo isso se concluiu que *um cristão não vive em si mesmo, mas em Cristo e em seu próximo*; em Cristo, por meio da fé, e *no seu próximo, por meio do amor*, por meio da fé, ele ascende até Deus; de Deus, ele desce novamente por meio do amor, mas permanece sempre em Deus e no amor divino” (Lutero, 2017, p. 188, itálico nosso). Para Lutero, estar em Cristo implica em estar no próximo, não há fé descolada do amor, não existe amor onde não há um comprometimento radical com o outro. Só ascendeu, verdadeiramente, até Deus, quem desceu, com misericórdia, às profundezas do seu semelhante.

3.1 - PROTESTANTISMO COMO ETHOS-ÉTICO

Naturalmente, Martinho Lutero era um homem limitado em suas reflexões, críticas e proposições. Seu pensamento está amalgamado ao seu tempo, portanto, se exige situá-lo no contexto de sua época, no bojo das questões pulsantes e polêmicas nas quais estava inserido. Assim, lidamos com aspectos de sua teologia que permanecem contributivos no transcurso da história – não é acaso

que Lutero permanece lido, refletido e debatido hoje. Todavia, há outros aspectos de sua reflexão que, à luz das evoluções do pensamento posterior já se tornaram obsoletos. Entrementes, Lutero inaugurou com a Reforma Protestante um novo modelo de eclesialidade: descentralizado (a Cúria perde seu *status quo*), mais popular (do povo), com novos olhares hermenêuticos e interpretações teológicas (que não estão subordinados ao que produz Roma). Talvez, o mais importante, Lutero abriu um caminho para pôr em relevo a autonomia do pensamento individual no contexto da Igreja, que era rigorosamente regida pelo Papa, o alto clero e o magistério. Evidência disso, é que qualquer individualidade que ousasse uma teologia mais autônoma e destoante de Roma, era alcunhado como herege.

De certa forma, Lutero funda uma nova tradição. O protestantismo, a rigor, transcende a ideia de uma nova Igreja ou denominação. É a irrupção de um *ethos*, uma forma de ser-existir-pensar, que cultiva a rebeldia como parte constitutiva do sagrado. Se caracteriza como uma existencialidade profética que questiona, critica, denuncia e, sobretudo, não negocia a autonomia, como elemento divino dado ao indivíduo. Assim, a ética pensada por Lutero está situada no interior desse *ethos*. Não é ética uma postura que anula a autonomia do indivíduo, que cerceia suas possibilidades; que anatematiza o outro e o cala. Daí, que a ética no pensamento de Lutero se configura, também, como um grito protestante pela liberdade do sujeito.

3.2 - O ETHOS PROTESTANTE PÓS-LUTERO: AVANÇOS NA REFLEXÃO ÉTICA

O *ethos* protestante que irrompeu com a Reforma se perpetua na história. Nesse momento de nossa análise, damos um salto histórico, para refletirmos sobre as influências do pensamento de Lutero na posteridade. Mais especificamente, em como avançaram as reflexões em relação à ética na tradição protestante pós-Lutero. Para isto, apontamos, de modo sumário, alguns elementos presentes



no pensamento de dois teólogos luteranos que contribuíram para amadurecer uma teologia ética luterana (ou, protestante): Dietrich Bonhoeffer e Jürgen Moltmann. Dietrich Bonhoeffer se preocupou profundamente com a questão ética. Para ele, a justificação pela graça mediante a fé, não pode estar descolada de implicações concretas com a realidade da vida. Pelo contrário, aquele que foi justificado por Jesus Cristo, deve assumir a responsabilidade pela justificação do mundo, não apenas no seu aspecto espiritual-metafísico, mas também socioeconômico. Assim, “vida e ação devem ser concretas” (Bonhoeffer, 2009, p. 29). Não há fé (autêntica) que se desmembra do compromisso com a vida, com a vida concreta, vida esta que tem sempre no próximo o horizonte onde se realiza o cerne da missão cristã. Daí que para o teólogo alemão, deve-se entender “a relação cristã fundamental como relação eu-tu” (Bonhoeffer, 2017, p.10).

Werner Milstein observa que, “era o passo consequente de sua teologia [de Bonhoeffer], que se colocava ao lado dos mais fracos com todas as consequências. Uma ética teológica que exclui a ação política era inimaginável” (2006, p. 64). Notemos que, a ética teológica no pensamento bonhoefferiano – na esteira de Lutero –, toma dimensões concretas, conectadas com a *realidade*. Aqui, está rompido a dicotomia entre Igreja e sociedade, como se fossem duas realidades contrapostas e conflitantes que não se interpenetram. Pelo contrário, “todos os conteúdos ético-cristãos, bem como toda a espiritualidade do ser humano, só se tornam possíveis e reais por meio da e na socialidade” (Bonhoeffer, 2017, p. 50). O mundo é entendido, portanto, como lugar do devir profético. Campo de ação do cristão cujo múnus da missão é trabalhar para a realização do Reino de Deus no aqui-agora (Lc 17,21). O seguimento de Jesus Cristo exige o “renunciar a si mesmo” (Mc 8,34), não o renunciar às responsabilidades diante de um mundo carente. A fé escatológica não implica no abandono do mundo presente, com



suas incongruências, desigualdades e misérias, para uma espera letárgica de um utópico mundo vindouro. Nesse sentido, provoca Bonhoeffer:

Há pessoas que não levam a sério e cristãos que consideram ímpio esperar um futuro tereno melhor e preparar-se para ele. Eles acreditam no caos, na desordem, na catástrofe como sentido dos eventos atuais e esquivam-se, por meio da resignação ou da piedosa fuga do mundo, da responsabilidade pela continuidade da vida, pela reconstrução e pelas próximas gerações. Pode até acontecer que amanhã irrompa o dia do juízo final; então, sim, largaremos de bom grado o trabalho em favor de um futuro melhor, antes disso não! (Bonhoeffer, 2015, p. 41, 42).

Jürgen Moltmann comunga com a reflexão bonhoefferiana. Na sua obra *O Deus Crucificado*, o teólogo alemão afirma que “a reforma da igreja sem reforma da sociedade não leva a lugar nenhum” (2014, p. 25). Eclesialidade e mundaneidade, portanto, estão amalgamadas. Estão em relação dialética e intrínseca. É este mundo o lugar da realização escatológica. Nele, Deus se encarnou, viveu, morreu, ressuscitou e, nele, se dará a *parousia*. Assim, Deus que foi abandonado pelo mundo – a ponto de ser crucificado, todavia, não abandonou este mundo. Assim, não pode o/a discípulo/a do ‘Deus crucificado’ abandonar este mundo. No horizonte ético de Moltmann, não há discipulado que se realize na alienação. O seguimento de Jesus Cristo exige assumir a responsabilização pelo mundo, pela humanidade e dignidade, especialmente, dos oprimidos no mundo:

No princípio, a igreja do crucificado era e, no fundo, ainda é a igreja dos humilhados e ofendidos, dos pobres e miseráveis, a igreja do povo [...] se ela realmente se lembra do crucificado, ela não pode se deixar dominar por uma indiferença opaca e religiosa em relação às pessoas. Como povo do Messias crucificado, ela é a igreja da libertação para todas as pessoas, sejam judeus ou gentios, gregos ou bárbaros, senhores ou servos, homens ou mulheres, mas não é da mesma maneira para todos [...] ela precisa, portanto, falar de modo concretamente diferenciado e agir comprometidamente” (Moltmann, 2014, p. 77).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho objetivou refletir sobre a relação da doutrina da justificação pela graça mediante a fé e a ética, no contexto da teologia luterana-protestante. Como caminho analítico partimos da Sagrada Escritura, mais especificamente, da teologia paulina, com destaque para suas cartas aos Romanos e aos de Éfeso. Destacamos que são nas epístolas do apóstolo gentio e não nos evangelhos, ao menos explicitamente, que encontramos a gênese desta doutrina. São Paulo dialoga com seu tempo, se vale de conceitos e categorias comuns aos seus interlocutores para seu objetivo seminal que é anunciar o querigma cristão. Assim, se apropria da palavra grega *dikaiosis* (justificação) para aludir à relação do ser humano pecador, portanto, condenado por sua pecaminosidade, com a justiça de Deus, ou, mais especificamente, com a justificação oferecida por Deus, gratuitamente, mediante a fé em seu filho Jesus Cristo.

Martinho Lutero, um padre agostiniano do século XVI, ao ler são Paulo aos Romanos, vivencia uma conversão pessoal – segundo testemunha – e, por conseguinte, uma virada radical em seu horizonte intelectual e teológico. É o texto de Rm 1,17, onde se anuncia que “o justo viverá pela fé”, o cataclisma que coloca Lutero em colapso existencial. Daí ele aprofunda sua investigação sobre o que significa “ser justo diante de Deus mediante a fé”, sua conclusão: é aceitando inteira e confiantemente a obra de Jesus Cristo realizada na cruz que o ser humano é considerado justo diante de Deus. Assim, não há nada que o ser humano possa fazer. Suas boas obras, como eventual mecanismo meritório da justificação, são inúteis. O que resta é se apegar à obra do justo de Deus, seu Filho.

Todavia, a fé na justificação pela graça mediante a fé trouxe muitas polêmicas e tensões à época. Não apenas, no transcurso da história, lidou com más com-



preensões, por conseguinte, equívocas afirmações, tais como: crer na justificação pela graça mediante a fé suspende a responsabilidade ética. Entretanto, nossa pesquisa contradiz falácias desta natureza. Nos escritos de Lutero ambas as dimensões não são contraditórias, mas harmoniosas. Para Lutero, as boas obras são inúteis *apenas* na dimensão soteriológica, ou seja, ao tentar se fazer das boas obras méritos para se alcançar a salvação, redenção e justificação – o que para ele, como insistimos, só é possível mediante a fé na obra vicária de Jesus Cristo: *solus Christus*.

Entretanto, Lutero insiste na necessidade de acentuar a responsabilidade ética do ser humano, sobretudo, do cristão cuja existencialidade consiste no seguimento e imitação de Jesus Cristo. Portanto, ser cristão implica radicalmente em ser ético (tendo em Jesus Cristo, o paradigma ético absoluto, por excelência). Nesse sentido, mostramos, sumariamente, que a tradição luterana posterior avançou na reflexão ética. Bonhoeffer e Moltmann, por exemplo, entendem que ser cristão significa ser-para-o-outro e que amar o Deus crucificado significa amar e se responsabilizar pelos crucificados do mundo. Em Lutero, Jesus Cristo é a própria ética em pessoa, logo, é impossível ser cristão, sem ser uma pessoa ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Walter. Lutero e libertação: releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2016.

ALVES, Ruben. Protestantismo e repressão. São Paulo: Ática, 1979.

BÍBLIA King James. São Paulo: bvbooks, 2015.

BONHOEFFER, Dietrich. A comunhão dos santos: uma investigação dogmática sobre a sociologia da Igreja. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2017.

_____. Ética. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2009.



____ Resistência e Submissão: cartas e anotações escritas na prisão. São Leopoldo: Sinodal, 2015.

____ Tentação. São Leopoldo: Sinodal, 2018.

____ Vida em Comunhão. São Paulo: Mundo Cristão, 2022.

BULTMANN, Rudolf. Crer e compreender: ensaios selecionados. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

CALDAS, Carlos (Org.). Caminhos da Reforma Protestante no Brasil. São Paulo: Editora Reflexão, 2017.

____ Dietrich Bonhoeffer e a teologia pública no Brasil. São Paulo: Garimpo, 2016.

CAVALLERI, Giorgio. Dietrich Bonhoeffer: mártir do nazismo. São Paulo: Paulinas, 2019.

DICIONÁRIO Bíblico Wycliffe. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

DICIONÁRIO Vine: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2016.

DREHER, Martin. História do povo de Jesus: uma leitura latino-americana. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

FRICK, Peter (Org.). Interpretando Bonhoeffer: ensaios e métodos em compreensão. São Paulo: Academia Cristã, 2015.

HORTON, Stanley. Teologia Sistemática: uma perspectiva pentecostal. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

JARDILINO, José Rubens. Lutero e a educação. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

LIVRO DE CONCÓRDIA: as confissões da Igreja Evangélica Luterana. São Leopoldo; Porto Alegre: Sinodal, Concórdia; Comissão Interluterana de Literatura, 2021.



LUTERO, Martinho. Conversas à mesa. Distrito Federal: Editora Monergismo, 2017.

_____ Educação e Reforma: aos conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas e uma prédica para que se mandem os filhos à escola. São Leopoldo: Sinodal, 2000.

_____ Escritos Seletos. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____ Ética cristã: das boas obras. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

_____ Uma coletânea de escritos. São Paulo: Vida Nova, 2017.

MCGRATH, Alister. Teologia: sistemática, histórica e filosófica. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MILSTEIN, Werner. Dietrich Bonhoeffer: vida e pensamento. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

MOLTMANN, Jurgen. O Deus crucificado: a cruz de Cristo como base e crítica da teologia cristã. São Paulo: Academia Cristã, 2020.

PEARLMAN, Myer. Conhecendo as doutrinas da Bíblia. São Paulo: Editora Vida, 2006.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. Vocabulário teológico: teologia protestante contemporânea. São Paulo: Paulinas, 2023.

SAUSSURE, A. Lutero: o grande reformador que revolucionou seu tempo e mudou a história da Igreja. São Paulo: Editora Vida, 2004.

SELL, Wilhelm (Org). Nossa fé: temas centrais da confessionalidade luterana. São Leopoldo: Sinodal, 2022.

